

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E MEMÓRIA: PROJETO DE
INTEGRAÇÃO REGIONAL DA QUARTA COLÔNIA**
*EDUCATION IN HERITAGE AND MEMORY: REGIONAL
INTEGRATION PROJECT OF THE FOURTH COLONY*

Elaine Binotto Fagan¹

Maria Medianeira Padoin²

Resumo: Este ensaio visa desenvolver a temática “Patrimônio Cultural, Identidade e Memória na Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS”, no ambiente escolar, por meio de uma proposta metodológica via Educação Patrimonial. Um dos principais aspectos destacados é mostrar a necessidade de conhecer a própria história e a própria cultura e assim tornar o ser humano mais atento, preocupado e defensor de seu local de convívio. A escola deve ser a protagonista destas ações, onde conceitos e valores culturais são despertados e desenvolvidos de forma a mostrar a importância da preservação da história e da memória. Portanto, o presente trabalho está vinculado a uma futura publicação de um livro paradidático, que tem por fundamento a educação patrimonial, contribuindo assim para a preservação, valorização e divulgação da história e da cultura ítalo-brasileira na Quarta Colônia do Rio Grande do Sul no ambiente escolar e o conhecimento da cultura local e regional.

Palavras-chave: Memória. História. Educação Patrimonial. Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Abstract: This essay aims to develop the theme "Cultural Heritage Memory, Identity and the Fourth Colony of Italian Immigration - RS" in the school environment, through a methodology via Heritage Education. One of the main issues highlighted is to show the need to know their history and culture and thus making the people being more attentive, concerned and defender of their living place. The school should be the protagonist of these actions, where concepts and cultural values are awakened and developed to show the importance of preserving the history and the memory. Therefore, this paper

¹ Licenciada em Filosofia e História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)/RS; mestranda do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Mestrado Profissional, na UFSM e professora da Escola Estadual de Educação Básica João XXIII de São João do Polêsine – RS.

² Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professora Associada da UFSM e docente dos Programas de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e o de História da UFSM.

contributes to the preservation; enhancement and dissemination of the history and the Italo-Brazilian culture in the Fourth Colony of Italian Immigration of Rio Grande do Sul, associating the school environment and local and regional culture where students are placed.

Keywords: Memory. Culture. Heritage Education.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país pluricultural, com diversidades culturais e regionais oriundas de seu processo histórico e de formação da sociedade brasileira, em que se somou a diversidade já existente no imenso território e a variedade de culturas que migraram desde a colonização. Assim, cada região brasileira é marcada também por uma variedade de aspectos culturais, mas que de certa forma lhe dão um perfil/identidade, devido a sua especificidade de formação social e cultural.

Segundo Pesavento (2008, p.15), a cultura deve ser pensada “como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” e, também como “uma forma de expressão e tradução da realidade simbólica”.

Neste cenário é que procuramos trabalhar com a inserção dos imigrantes italianos e seus descendentes na construção da história da sociedade sulina brasileira, em que mesclam valores, costumes, crenças, a vivência nesta nova pátria. Nesse sentido, a memória e a sua preservação enquanto patrimônio histórico cultural destas comunidades que vivem em regiões com tais influências e experiências, motivaram a nossa preocupação e atenção em trabalharmos com tal identidade social-regional. Conforme Zanatta,

Sempre haverá traços que os identificam ou diferenciam pela linguagem, por hábitos e costumes, por comportamentos mais rígidos ou mais brandos, convívios e controles sociais, relacionamentos com os outros e com o ambiente e tantas outras marcas de identidade especificadoras de sua cultura (ZANATTA, 2011, p.27).

A partir disto, observa-se que a cultura de cada região, de cada povo é repleta de simbologias e valores específicos que o identificam e o caracterizam, tornando-se testemunhos para as novas gerações.

Entende-se que não há identidade sem memória. E que o conjunto de costumes e crenças herdadas dos antepassados, cuja preservação faz parte da memória de cada povo, é considerado um bem patrimonial. A palavra de origem latina *Pater/Patrimoniun*, significa “pai” e, por isso, “patrimônio” pode ser considerado como

tudo aquilo que o pai deixa para o seu filho como herança ou tudo o que possui um valor afetivo e simbólico para determinado grupo, local, região, país. Podemos afirmar que cada um de nós tem o seu patrimônio de lembranças que deve ser preservado e cuidado. O patrimônio é portador de mensagens que estão sempre em construção, que se tornam reconhecidas e significativas pela comunidade.

Desta forma, o homem, ao interagir com o seu meio, deve agir de forma consciente e responsável, contribuindo para modificar sua realidade e promover o bem-estar individual e coletivo. Acreditamos ser necessário preservar e valorizar a memória para que não se perca a identidade, o sentido de quem “eu/nós” somos como um bem fundamental do ser humano. Pensando assim, é preciso recuperar o que o Brasil, durante muito tempo, desprezou ou silenciou, pois o que foi divulgado como memória nacional ficou sempre mais vinculada à cultura dominante, da região centro de poder econômico-político brasileira.

Desta forma, neste artigo pretendemos apresentar algumas informações e reflexões resultantes de experiências didáticas que serão materializadas em um futuro livro paradidático que trata da história da Quarta Colônia de imigração Italiana do Rio Grande do Sul em uma perspectiva da Educação Patrimonial.

PAPEL DA MEMÓRIA NA BUSCA DA IDENTIDADE LOCAL

A história dos dominados é pouco preservada e, hoje, frente às inovações tecnológicas e aos interesses de alguns grupos e/ou indivíduos na busca do poder, tornam-se manipuladores e *senhores da memória*. De acordo com Le Goff:

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1996, p.426).

A ausência da valorização da memória, por parte de alguns grupos, leva a civilização atual a andar sem direção e a não encontrar sentido em sua vida presente, ou seja, torna-se sem perspectiva para seu futuro. Por isso, é necessário reencontrar o gosto, o prazer pela história individual e coletiva. É ela que dá sentido a nossa vida. Salvador Dali em sua tela *Persistência da Memória* (1931) foi genial ao retratar o esgotamento ou a perda da memória do homem contemporâneo através do “*derretimento dos relógios*”. Podemos fazer uma analogia do relógio derretendo com o

homem sem memória. É uma cena que retrata a melancolia, a carência do homem e sua angustia frente a seu existir e ao esquecimento.

Pesavento (2008) encontra na mitologia grega a explicação sobre o valor da Memória e da História na Grécia Antiga. Memória na mitologia grega era a deusa-mãe *Mnemosynes* e a história a deusa-filha *Clio*. Através dessas, a Humanidade não cairia no esquecimento, pois, pelo tempo, os homens deveriam preservar, transmitir e perpetuar a identidade e a cultura seria o remédio e a cura para todos os males da “*amnésia*”. Diante disso a memória significa a presença do passado dentro de um contexto individual, que carrega dentro de si um conhecimento que está armazenado em seu intelecto e que poderá representar dentro de um contexto social e coletivo a continuidade da história. A história dá sentido à memória, permitindo o entendimento do passado dentro de uma visão de interesse do historiador e dos grupos sociais envolvidos.

Sabemos que a memória é seletiva, mas podemos reunir fragmentos e a reinterpretá-los na busca da construção de uma identidade que permite ser quem somos. Nesse contexto, Pesavento (2008, p. 94) destaca que a “História e Memória são representações narrativas que se propõem uma reconstrução do passado e que se poderia chamar de registro de uma ausência no tempo”. De acordo com a autora, e ao mesmo tempo indo além, é preciso questionar: a quem cabe vir à tona essa “*reconstrução do passado*” ou essas “*representações narrativas*”? A resposta que daríamos neste caso estaria no compromisso da escola em fortalecer o exercício da cidadania local, promovendo uma vivência num processo de inclusão social, que pode ser encontrado no uso das novas metodologias de trabalho, que permitem “mostrar” estes espaços de cultura local/regional.

É necessário construir ações localizadas/regionalizadas que podem fazer a diferença para que esta identidade e memória não se percam. Conforme o criador do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (CPG) e um dos mais empolgados divulgadores da história da Quarta Colônia, Pe. Luiz Sponchiado: “Povo que não preserva as suas raízes perde sua identidade e perdida esta, nada mais tem a perder”. (frase registrada no painel da Praça Matriz de Nova Palma). Para isso, a comunidade escolar precisa recuperar no testemunho de seus familiares e no seu local de convivência este elo entre o passado e o presente e protegê-lo como seu bem mais precioso, como um patrimônio familiar e local. Conforme Zanini (2006, p.77) “os descendentes devem conhecer e valorizar sua história para engrandecê-la e dela usar para elevar sua própria autoimagem, autoestima”. É preciso promover o fortalecimento de sua identidade e, ao mesmo tempo, reconhecer, respeitar e dialogar

com a diversidade cultural buscando o exercício da cidadania cultural, tornando os e protagonistas de sua história.

NA DEFESA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Existiram legislações/decretos-leis³ que definiam “*Patrimônio Cultural*” como bens de valor histórico-artístico e arquitetônico, ligados a prédios, monumentos e edificações. Bosi (1977, p.131) citado por Zanatta (2011) destaca:

Esse conceito norteou, na prática, a política de preservação do patrimônio histórico no país e em diversos estados e municípios da federação brasileira, por força da estrutura de poder centralizador, imposta pelo Estado Novo (1937-1945). Priorizou-se, assim, o patrimônio edificado e arquitetônico - a chamada “pedra-cal” em detrimento de outros bens culturais significativos, mas que por não serem representativos de uma determinada época ou ligados a algum fato histórico notável ou pertencente a um estilo arquitetônico relevante, deixaram de ser preservados e foram relegados ao esquecimento e até destruídos por não terem, no contexto dessa concepção, valor que justificasse a sua preservação. (BOSI apud ZANATTA, 2011, p.37)

Este “*vazio legislativo*”, esta lacuna entre a legislação e sua aplicabilidade em relação à conservação e preservação do Patrimônio Cultural só é preenchido com a Constituição Brasileira de 1988, que destaca a necessidade de preservar e valorizar o patrimônio cultural como fazendo parte da identidade de indivíduos, famílias, pequenos grupos. Para isso, é essencial que esteja integrado ao currículo escolar, formando jovens cidadãos conscientes de seu papel na comunidade por meio de ações que despertem a verdadeira cidadania local.

Em seu artigo 215, a Constituição Brasileira (1988, p.120) declara que, “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

O artigo 216 da Constituição Brasileira estabelece como conceito de Patrimônio Cultural,

³ Constituição Federal Brasileira, artigos 215 e 216; LDB 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira; Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8.069/1990.

O Patrimônio Cultural é composto pelo conjunto dos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Entre os bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro, destacam-se: a) as formas de expressão; b) os modos de criar, fazer e viver; c) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; d) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p.120).

Também é preciso compreender que a Constituição de 1988 responsabiliza os cidadãos pela preservação e conservação do patrimônio público para que possa chegar às próximas gerações protegidas contra atos lesivos. Para isso, a escola precisa ter o compromisso de proteger o patrimônio público como forma de preservar a identidade cultural local.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (2000) estabelecem a necessidade de a história ter compromisso de “*livrar*” a geração atual da “*amnésia social*” (LE GOFF, 1996), possibilitando que a escola, através da parte diversificada do currículo, trabalhe temas transversais, como o estudo do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural. O sujeito passa a ser visto como cidadão construtor de sua história. Neste sentido, a Educação Patrimonial torna-se uma temática importante ao unir a escola e a comunidade, através de atividades socioculturais que levem ao conhecimento da história local. A comunidade buscará refletir sobre a verdadeira função da escola: o quê, quando, como e para que ensinar e aprender.

Zanatta (2011) em sua dissertação de Mestrado sobre *patrimônio Cultural, interesse local e proteção legal*, realiza um trabalho minucioso sobre leis e decretos que se referem às legislações Federais e Estaduais e as responsabilidades dos municípios quanto à defesa e proteção dos patrimônios, e destaca que deve ser de “*interesse local*” a valorização dos mesmos. A Constituição Federal estabelece como competência do município, conforme Art. 30, inciso IX, a proteção do patrimônio histórico-cultural local (Zanatta, 2011, p.46). Isto mostra que frente à diversidade cultural é preciso promover ações que possibilitem mostrar e preservar este multiculturalismo construído de acordo com a identidade de cada etnia que forma o povo brasileiro.

Precisa-se compreender e estudar esses regionalismos dentro do Brasil, e assim, construir um sentimento de pertencimento e, ao mesmo tempo, de valorização do que é local, frente a essa diversidade cultural que permeia o país. Oliveira (2011, p. 51) destaca que, “o direito ao passado, o direito à memória, o direito ao confronto de

histórias na busca pela liberdade, devem ser determinantes na busca da construção de um projeto de cidadania.” É esta cidadania plena que se busca. O cidadão precisa encontrar valores que o representam de fato e de direito, tornando-se assim sujeito de sua própria história. “O conceito de cidadania e o direito à memória e ao passado, está na conotação e no valor pedagógico que o Patrimônio pode exercer” (OLIVEIRA, 2011, p. 53). Esta busca da cidadania local deve perpassar pela cobrança da sociedade e/ou de cada um na seleção e preservação destes patrimônios.

Pela Constituição é dever do Estado conservar os patrimônios culturais existentes no Brasil. Cabe a todos cobrar políticas de valorização da cultura e desenvolvimento de projetos dentro das escolas desde as séries iniciais até o ensino médio. Semear ideias de preservação da cultura e dos patrimônios para a memória social e artística. Com essa sensibilização busca-se desenvolver o respeito pela história e ações efetivas para o desenvolvimento local regional. A história, segundo Le Goff (1996, p.85) tem “a função de julgar o passado e instruir o presente para ser útil ao futuro”. Mesmo vivendo em um mundo globalizado, dominado pelas mídias digitais, que traz a informação instantânea e passa a dominar o modo de ser das pessoas de forma hegemônica, é possível defender e promover movimentos de resistência e preservar identidades. Percebe-se que a sociedade atual busca se defender do avanço da universalização das culturas, identificando-se e valorizando mais o seu local de convívio, buscando uma nova articulação entre o global e o local.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E INCLUSÃO SOCIAL

Entendendo que o meio mais eficaz de garantir a defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de uma região é pela educação, foram e estão sendo realizados programas e projetos de Educação Patrimonial na Quarta Colônia. São programas desenvolvidos nas escolas públicas municipais e estaduais de forma interdisciplinar. A Quarta Colônia de Imigração Italiana integra os seguintes municípios - Ivorá, Silveira Martins, Pinhal Grande, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, São João do Polêsine. A partir de uma política de integração regional nos anos 90 do século XX, foi agregada à região da Quarta Colônia os municípios vizinhos de Agudo e Restinga Seca, sendo os dois últimos, respectivamente, de origem alemã, portuguesa, italiana e africana.

O Patrimônio local/regional é a base para o desenvolvimento social e econômico de um povo. O patrimônio e a memória sobrevivem na Quarta Colônia e, para manter, preservar e valorizar é preciso implantar metodologias inovadoras e capazes de suscitar no aluno o interesse por este conhecimento. A Educação

Patrimonial mostra-se eficiente, neste sentido, pois por meio desta o patrimônio poderá ser decodificado e preservado. Este é o grande desafio da escola, incorporar os valores da diversidade cultural na prática pedagógica refletindo e observando as semelhanças e diferenças quanto aos patrimônios existentes no Brasil e o respeito às suas especificidades regionais e locais. O inciso IV do art. 3º da LDB⁴ enfatiza o “*apreço à tolerância*”, ou seja, é preciso incluir, defender e valorizar as diferenças étnicas e raciais que compõem o povo brasileiro. Isso se refere ao que está disposto no artigo 58 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA⁵: “*no processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente*”.

Aproximar o cotidiano do aluno e a própria história é uma alternativa para o desenvolvimento da cidadania local dentro de um processo de ensino-aprendizagem que se torne mais significativo para este aluno, reconhecendo seus direitos e deveres enquanto cidadão. Este sentimento de pertencimento, produzido através das relações familiares, escolares, étnicas, culturais, religiosas, regionais, nacionais ou locais criam valores de respeito com o seu próprio patrimônio e, ao mesmo tempo, respeito com o patrimônio do “outro”, ajudando a diminuir as desigualdades de gênero e raça. É preciso buscar ações que amenizem/evitem preconceitos e discriminações sobre o que não o identifica. Cabe à escola mostrar ao educando que ele faz parte de um contexto amplo e diversificado, próprio de um país multicultural. E o exercício da cidadania passa pela consciência da diversidade cultural, do multiculturalismo. Agindo desta forma a escola cumprirá seu papel de problematizar temas transversais que estão ocultos no currículo escolar. A LDB 9394/1996, leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996). Destaca em seu art. 26 que,

A Educação Patrimonial tem por princípio e metodologia sensibilizar a comunidade escolar para que essa reconheça, compreenda e valorize seu patrimônio como sendo parte de seu contexto social. Nisto está a importância do professor, ao trazer à tona essa curiosidade, esse saber que está adormecido na comunidade. Mediar, através de uma análise crítica e reflexiva, transformando esse conhecimento em uma aprendizagem concreta e necessária, formando cidadãos ativos e transformadores de sua realidade, conforme se destaca a seguir sobre a autonomia dos estados e municípios com respeito ao currículo.

⁴ LDB 9394/1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

⁵ Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8.069/1990.

Os currículos do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Ao apropriar-se do sentido e da peculiaridade de suas manifestações, em todos os aspectos da vida diária, estes indivíduos tendem a modificar suas atitudes em relação aos seus bens, tangíveis e intangíveis, a recuperar os sentimentos de autoestima e cidadania (HORTA apud SOARES e KLAMT, 2008 p.152).

Desta forma, a Educação Patrimonial possibilita a interpretação dos bens culturais, a revalorização da cultura local/regional, tornando-se um instrumento importante de promoção do exercício da cidadania local. Ao conhecer e se identificar com a cultura local, passa o aluno a assumir compromissos e responsabilidades na busca da preservação e valorização deste mesmo patrimônio.

O tempo passa e vamos deixando marcas e lembranças que ficam registradas na memória e que precisam ser “*catalogadas*” para que não fiquem no esquecimento. Este sentimento de pertencimento leva a defesa do que é seu como bem essencial para o desenvolvimento e progresso local. A busca desta identidade, da preservação e do desenvolvimento econômico desta região, levou a criação de projetos de Educação Patrimonial nas escolas como forma de valorizar e criar um sentimento de pertencimento, como descreve Itaqui e Villagrán:

O trabalho da Educação Patrimonial é levar os indivíduos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para uma melhor utilização destes bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, tendo assim um contínuo processo de criação cultural. A metodologia da Educação Patrimonial é materializada através do estudo de objetos comunitários como estratégia de aprendizagem do contexto sociocultural (ITAQUI & VILLAGRÁN, 1998, p.20).

Este sentimento de pertencimento começa a brotar nessa geração estimulado, a partir da década de 70, pela reabertura de Associações Italianas, Círculos, Agências Consulares, Cursos de Língua e de Cultura Italiana e por meio dos trabalhos de Educação Patrimonial, iniciado em 1992 por José Itaqui, no município de Silveira Martins, então Secretário Municipal de Cultura - “*Projeto Identidade*”- e depois estendido por todos os municípios da Quarta Colônia. Este projeto, segundo Itaqui (2013), tinha como objetivo principal recuperar a autoestima da população local, mutilada pela história devido ao preconceito ao imigrante. Isso tornou durante décadas a memória adormecida, fruto ainda do contexto da Segunda Guerra Mundial e de uma política nacionalista centralizadora do estado brasileiro.

Com o passar do tempo e a nova estruturação da Europa em torno da União Europeia, ocorre o fortalecimento dos estados europeus e, com isso, a maior integração com os países que tiveram imigrantes, como foi o caso Itália-Brasil. A partir da década de 70, ressurgiu o orgulho de ser descendente de imigrante italiano. Recriaram-se as associações italianas motivadas pela reabertura da Agência Consular Italiana em Santa Maria, nos anos 90, que atendera as regiões centrais, sudoeste e noroeste do RS. Com isso, serão criados também os *círculos*, os cursos de língua e cultura italiana, inclusive nas escolas. Passa-se a valorizar os costumes da cultura italiana com as festas típicas, associações culturais, pesquisas acadêmicas, danças, filés, com o objetivo de incentivar, preservar e valorizar os costumes, as músicas, gastronomia, enfim o Patrimônio Cultural Material e Imaterial que se preservou durante gerações no cotidiano familiar das pequenas comunidades.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS ESCOLAS DA QUARTA COLÔNIA

Segundo José Itaquí⁶, o projeto de Educação Patrimonial teve início na década de 90, no município de Silveira Martins, no período em que era secretário da Cultura, Turismo e Desporto do Município. Esta ideia surgiu ao observar que a escola estava distante da realidade do aluno e este distante de sua realidade. Era preciso inserir a comunidade na escola e esta na comunidade. Este projeto *“piloto”* é lançado no município e se desenvolveu entre os anos 89 e 96 como forma de recuperar, preservar e valorizar a cultura no cotidiano do aluno, levando em conta as manifestações materiais e imateriais da comunidade, através do estudo dos objetos, e da memória local – o chamado *“Projeto Identidade”*. Deste surge o interesse e a necessidade de criar um projeto regional de Educação Patrimonial que abrangesse os nove municípios que compõem a Quarta Colônia. Este projeto foi aprovado em 1993 e desenvolvido entre 1994/2002 com os nove municípios: Silveira Martins, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Agudo e Restinga Seca; os professores das redes municipal e estadual foram preparados para atuar com os alunos dentro de uma perspectiva inter/transdisciplinar, tendo duração de quatro anos e divididos em oito programas semestrais, que tinham como meta preservar e valorizar o patrimônio material e imaterial da Quarta Colônia, através da Educação Patrimonial:

⁶ José Gerundino Itaquí é formado pela Escuela de Teatro de Buenos Aires, professor de teatro e ex-diretor do grupo de Teatro Miseri Coloni de Caxias do Sul. Na década de 80 atuou como Secretário de Cultura e Turismo da primeira administração de Silveira Martins. Em 1994, assumiu o cargo de Secretário Executivo do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável- CONDESUS – da Quarta Colônia.

- Primeiro Programa – Estudo da Casa e de seus espaços e mobiliários como elementos de valor cultural e fonte histórica da localidade

- Segundo Programa - Documentos familiares, sua relação afetiva e sua preservação.

- Terceiro Programa - Instrumentos de Trabalho e Técnicas de Uso. Trabalho realizado através de pesquisa de campo tendo como objetivo final fazer com que o aluno se reconheça como fazendo parte desta história individual e coletiva.

- Quarto Programa - Cultivos e Alimentação – desenvolvendo, na comunidade escolar, programas que resgatem formas de preparo de alimentos, valorizando a cultura local e a gastronomia legada dos antepassados.

- Quinto Programa - Flora nativa, recuperação e preservação como patrimônio natural da Quarta Colônia, como forma de desenvolver atitudes de respeito em relação à natureza.

- Sexto Programa - Fauna Nativa e suas peculiaridades, sensibilizando a comunidade escolar da necessidade de se formar uma consciência ecológica.

- Sétimo Programa - Água e sua fundamental importância para a permanência da vida.

- Oitavo Programa - Água II - sua importância para o desenvolvimento da vida animal e vegetal.

O encerramento desse Programa teve como resultado final a exposição pública dos trabalhos desenvolvidos nas escolas, como forma de trocar experiências com a comunidade, como socialização entre os envolvidos, reflexão e avaliação dos mesmos.

Conforme entrevista, José Itaqui (2013) destacou que este projeto,

Provocou um sentimento de pertencimento destes bens, objetos que passam a ser vistos como patrimônio da comunidade, adquirindo uma relação de afeto. Pois passa a ter um sentido tanto para o aluno como para o local. Este projeto atingiu os objetivos ao integrar o aluno que, a partir de seu presente, passa a entender seu passado, buscando projetar o futuro de seu local/região. O conhecimento da criança aprendido no seu meio vem à tona a partir da apropriação desta realidade, onde ele reflete e depois contextualiza para após teorizar através de um saber científico adquirido em sala de aula. Esta experiência foi fundamental para o aluno. Pois passa a interagir com o objeto para entender o seu contexto. Não se pode “pular” etapas da história deste bem, pois este tem toda uma memória que precisa ser investigada através de uma pesquisa oral ou escrita de forma linear.

A partir do exposto acima se observa o quanto é importante a interação do aluno com sua realidade. E cabe ao professor este papel de mediar, permitindo que

todos aprendam neste contato com esta riqueza cultural regional e local. É preciso que o aluno se reconheça como sujeito e participe ativamente desta história.

Em entrevista, Itaqui (2013) também destaca que

O Estado tem a função de formar cidadãos, mas acaba, por exigência do mundo capitalista globalizado, preparando-o para o mercado de trabalho. Também não existem políticas pedagógicas municipais/estaduais para trabalhar esta questão patrimonial, questão política. Cultura não é visto como prioridade para o desenvolvimento de uma região. Mas sabemos que impossível pensar em desenvolvimento econômico e social sem investir a médio e longo prazo em políticas públicas que valorize o patrimônio natural e cultural de uma região de forma sustentável. Segundo Itaqui temos um patrimônio fantástico, mas temos que decodificar através de Educação Patrimonial, nas escolas. Os gestores da Quarta Colônia precisam atuar de forma integrada criando ações/projetos para o desenvolvimento turístico sustentável. Exemplo é o turismo paleontológico na região central que tem um grande potencial e com a implantação do GEOPARQUE, tornará uma realidade. Tem como centro o CAPP - Centro de Apoio a Pesquisa Paleontológica-localizada no município de São João do Polêsine e seus parques integrados, com sítios paleontológicos. As unidades serão construídas nos municípios de Faxinal do Soturno, Dona Francisca e Agudo. Estes centros terão espaço de apoio às atividades culturais da comunidade, onde existe uma rica e diversificada fauna triássica, entre outros. É preciso organizar um turismo correto e consciente ajudando na proteção desse patrimônio Paleontológico, ligado a atividades educacionais, unindo órgãos públicos e privados e que leve o desenvolvimento integral da região central do Estado do RS.

Este Patrimônio Natural e Cultural pode ser transformado em fonte de desenvolvimento, englobando a dimensão gastronômica, histórica, religiosa, as paisagens (rios, cascatas, fauna...), entre outros. Porém este patrimônio exige profissionais qualificados e competentes que façam da Quarta Colônia um futuro próspero e com sustentabilidade através de seu *“patrimônio endógeno”* (ITAQUI, 2013).

Esses anos de estudos, programas e projetos desenvolvidos e em desenvolvimento que integram os nove municípios da Quarta Colônia foram fundamentais para despertar o sentimento de pertencimento e sensibilizar os órgãos públicos para a necessidade de se criar leis de incentivo à conservação e à proteção do Patrimônio Cultural e Natural da Quarta Colônia e para a elaboração dos Planos Diretores Municipais e do Plano de Desenvolvimento Regional da Quarta Colônia.

O Programa de ensino da língua italiana nas escolas do município de São João do Polêsine é um exemplo de que é possível desenvolver ações integradas entre

Educação e Cultura. Valserina Maria Bulegon Gassen⁷ (Prefeita Municipal de São João do Polêsine), Marcia Luiza Bulegon Balest⁸ (Professora de Língua e Cultura Italiana de São João do Polêsine) em entrevista destacam a importância de se preservar e valorizar a memória deste povo como forma de manter a identidade da Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Segundo Gassen (2013), o município de São João do Polêsine assinou Convênio em 1994 com a Associação Cultural do Rio Grande do Sul I - ACIRS, iniciando as aulas extracurriculares de língua e cultura italiana nas escolas municipais do referido município com professores formados através de cursos promovidos pela ACIRS. No ano de 2010, a Escola Estadual de Educação Básica João XXIII, de São João do Polêsine, também incluiu em seu currículo, de forma opcional para o aluno, a partir do 6º ano, a disciplina de espanhol ou italiano. São estas pequenas ações que se tornam grandes, no seu conjunto, que permitem renascer o orgulho de fazer parte de uma história, que por muito tempo, foi mutilada pelo etnocentrismo do colonizador lusitano.

Essas e outras medidas foram e permanecem sendo importantes, mas é preciso muito mais, é preciso desenvolver nos jovens o desejo de fazer crescer esta colônia, despertando a curiosidade na sua história, e para isso é importante que as instituições públicas como escolas e prefeituras façam a sua parte.

Em tempo de globalização, os meios de comunicação de massa constroem sentidos e disputam a atenção do educando. Frente a isso, a escola precisa ser o lugar em que se aprende a analisar, criticar e agir de forma autônoma. A escola tem o compromisso de alertar sobre os perigos e influências dos meios de comunicação de massa, da imposição de novos valores, na qual a propaganda leva ao consumismo dos produtos culturais globais, como modelo a ser seguido, transformando-o em objeto de ostentação e luxo, esquecendo-se de valorizar o ser humano em sua essência. A escola deve buscar novas alternativas para driblar esta realidade cada vez mais presente no dia a dia do aluno. O conteúdo deve fazer sentido para o aluno dentro de seu cotidiano. Em primeiro lugar deve-se conhecer o meio no qual o aluno faz parte e após

⁷ Entrevista concedida para Elaine Binotto Fagan, em 2013, por Valserina Maria Bulegon Gassen- Graduada em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Imaculada Conceição – FIC- (UNIFRA)1968, Graduada em economia pela Universidade de Passo Fundo-

UPF, 1974, Professora Estadual aposentada, Prefeita Municipal de São João do Polêsine nas Gestões: 1993 a 1996, 2001 a 2008 e 2013-2016, Presidente do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia - CONDESUS de 203-2008, Secretária Executiva do Corede Centro como voluntária desde 2009

⁸ Entrevista concedida para Elaine Binotto Fagan, em 2013, por Márcia Luiza Bulegon Balest- Graduada em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Imaculada Conceição - FIC – 1986 (hoje UNIFRA); Especialização em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira em 1991- FIC; Psicopedagogia Institucional - 2005 pela UCB (Universidade Castelo Branco do RJ, Especialização em Coordenação pedagógica pela UFRGS.

buscar novos significados frente ao mundo globalizado que a mídia nos impõe. A educação patrimonial tem a missão de mostrar que este aluno tem uma memória, uma identidade que precisa ser valorizada e preservada e assim, sentir-se incluído socialmente.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA PROPOSTA EM CONSTRUÇÃO

A preservação do Patrimônio está ligada diretamente à questão da Memória e da História. É um caminho na busca do entendimento do nosso passado, dentro de um processo de construção de referenciais sobre o passado e o presente de determinados grupos sociais e as transformações culturais destes. Este sentimento de pertencimento leva à defesa do que é seu como bem essencial para o desenvolvimento e progresso da região à qual a escola está inserida.

O exercício docente realizado na escola Estadual de Educação Básica João XXIII, em São João do Polêsine/RS, permitiu compreender a carência e o desconhecimento dos alunos sobre a história e cultura local/regional. Frente a esta realidade de “rupturas” e “esquecimentos” foram organizados, na escola, projetos de Educação Patrimonial, aproximando os alunos de seu contexto social e abrindo a possibilidade de disseminar a curiosidade pela sua história e a identificação do patrimônio cultural e natural de seu local. O sentir-se fazendo parte deste contexto fez crescer a responsabilidade pela valorização e preservação do Patrimônio, fortalecendo a vivência real com a cidadania, num processo de inclusão social.

Através de pesquisas, buscou-se desenvolver projetos sobre a História da Imigração Italiana na Quarta Colônia, sendo eles: “*Conhecendo a Quarta Colônia*” com alunos de 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental e “*Quarta Colônia: Terra, Gente e História*”, com o Ensino Médio. Esses projetos tiveram e têm por objetivo mostrar para as atuais gerações a importância do conhecimento da história de cada um, tanto para sua formação, quanto para o desenvolvimento local onde este aluno está inserido, como forma de promover o exercício da cidadania.

Sensibilizar e transformar esses alunos-cidadãos em verdadeiros incentivadores do desenvolvimento econômico e regional por meio do turismo ecologicamente sustentável é o grande desafio destes projetos. Ações que possam ser semeadas, multiplicadas e incentivadas na região através das propostas criativas e inovadoras.

A escolha do tema *Quarta Colônia: Terra, Gente e História* e a elaboração de um livro sobre a formação da Quarta Colônia têm por objetivo contribuir para a preservação, valorização e divulgação da história e da cultura ítalo-brasileira na Quarta Colônia do Rio Grande do Sul. O livro tem por objetivo apresentar o tema “Quarta

Colônia” de forma diferenciada, por meio de personagens que dialogam, como o avô e a neta. A partir da descoberta da neta de documentos, fotografias, entre outros, que encontra em um baú do avô, passa a fazer perguntas a seu avô (Figura 1).

Figura 1: Diálogo entre Isabela (neta) e Francesco (avô), (p. 11).



Fonte: Minuta do Livro “Quarta Colônia, Terra, Gente e História” que integra a dissertação do Mestrado em Patrimônio Cultural (profissional) da UFSM, 2014. Cartunista: Joacir Xavier.

A personagem busca no avô as respostas para suas curiosidades. Juntos e auxiliados por um sacerdote e uma professora, tentam desvendar o passado, entender o presente e projetar o futuro. Esta História construída de forma lúdica e dialogada tem uma linguagem simples e traduzirá para o leitor/estudante explicações de sua história. Por meio de fotografias, desenhos, ilustrações, textos, entrevistas, curiosidades e textos complementares serão trabalhadas temáticas da História e do Patrimônio Cultural da Quarta Colônia.

Este material também demonstrará a preocupação com a formação dos cidadãos e com ações voltadas para o desenvolvimento e valorização de um turismo sustentável regional (Figura 2).

Figura 2: Imagem: Diálogo ressaltando as boas práticas sustentáveis (p. 93).



Fonte: Minuta do Livro “Quarta Colônia, Terra, Gente e História” que integra a dissertação do Mestrado em Patrimônio Cultural (profissional) da UFSM, 2014. Cartunista: Joacir Xavier.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada região tem sua marca, sua identidade que pode ser preservada e disseminada e, ao mesmo tempo, pode transformar alunos-cidadãos em verdadeiros incentivadores do desenvolvimento econômico e regional por meio do turismo ecologicamente sustentável. A comunidade escolar e gestores públicos municipais devem se mobilizar e promover ações e movimentos em defesa dos valores locais e regionais. Esse é um direito que deve ser defendido como um direito de todos: o de ter acesso ao conhecimento histórico e à cultura. A Educação Patrimonial será mais um instrumento a propiciar a preservação e valorização da cultura de um povo, permitindo que as futuras gerações possam reconhecer-se como integrantes dessa e exercendo de fato sua cidadania de forma consciente e ativa, através de ações que possam ser semeadas, multiplicadas e incentivadas na região através das propostas criativas e

inovadoras. A nossa memória é como um baú de lembranças, de momentos para recordar, mesmo quando longe de nossos olhos. Podemos guardar recordações em um baú, objetos, documentos, fotos, entre outros, que servirão para as futuras gerações reviverem estas histórias. Este foi um dos objetivos de usar o baú, inspirar pessoas a pensar sua história e reconstruir seus espaços de uso social/coletivo, onde as pessoas ou famílias possam guardar seus bens mais “valiosos”.

REFERÊNCIAS

BALEST, Márcia L. B. Entrevista concedida a Elaine Binotto Fagan em São João do Polêsine, RS, 18 de janeiro de 2013.

BESSEGATTO, Luiz Maurí. O patrimônio em sala de aula: fragmentos de ações educativas. 2 Ed. Porto Alegre: Evangraf, 2004.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição Federal de 1988**. São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEMT, 2000.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto Legislativo nº 74, de 30 de junho de 1997. Disponível em: <http://www.prpe.mpf.gov.br/internet/Legislação?patrimonio-Histórico-e-Cultural/DECRETO-LEGISLATIVO-N1-74-DE-30-DE-JUNHO-DE-1977>

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_2006/2006/decreto/d5753.htm.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Decreto Federal 8.069/1990. Santa Maria: Palotti, 1996.

COSTA, Ricardo. História e memória: a importância da preservação e da recordação do passado. In: **SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.02, v.1, Outubro. 2007, pp. 02-15.

FAGAN, Elaine Binotto. Dissertação – Minuta do livro - **Quarta Colônia: Terra, Gente e História**. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Mestrado profissional, Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 42ª ed., São Paulo: Cortez, 2001.

GASSEN, Valserina B. **Entrevista** concedida a Elaine Binotto Fagan em São João do Polêsine, RS, 18 de janeiro de 2013.

GIACOMINI, Maria de Fátima. **Entrevista** concedida a Elaine Binotto Fagan em São João do Polêsine, RS, 12 de dezembro de 2012.

HORTA, M. L. P; GRUNBERG, E; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de Educação Patrimonial**. 3ª ed. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 2006.

ITAQUI, José e VILLAGRÁN, María Angélica. **Educación patrimonial: A Experiência da Quarta Colônia**. Santa Maria: Pallotti, 1998.

ITAQUI, José. **Entrevista** concedida a Elaine Binotto Fagan em São João do Polêsine, RS, 11 de janeiro de 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4º Ed. Campinas,SP: UNICAMP, 1996.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, História e Patrimônio Histórico**. Políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. Aracaju: Editora – UFS - Universidade Federal de Sergipe, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. Lições do Rio Grande: livro do professor/Secretaria de Estado da educação. Porto Alegre: SE/DP, 2009.

SOARES, André Luis Ramos e KLAMT, Sérgio Célio (organizadores). **Educación Patrimonial: Teoria e Prática**. Santa Maria: UFSM, 2008.

ZANATTA, Humberto Gabbi. Dissertação **Patrimônio Cultural, Interesse Local e Proteção Legal**. Programa de Pós Graduação Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural- Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria, 2011.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional- A construção da identidade étnica na região de Santa Maria - RS**. Santa Maria: UFSM, 2006.